

GESTÃO DEMOCRÁTICA É GERIR PARA QUEM, POR QUEM E EM QUE CONDIÇÕES?

Dentre as lutas por gestão democrática, situamos que a autonomia universitária foi garantida pela Constituição Federal de 1988 no seu art. 207. Trata-se de conquista importante do movimento da educação, visando a reverter o momento de centralização realizado pelos governos civis-militares. Em especial, busca-se autonomia para a comunidade universitária decidir sobre conteúdos didático-científicos, administrativos e de gestão financeira e patrimonial. Ou seja, eleições para Reitoria e unidades acadêmicas, liberdade para estabelecimento de conteúdos curriculares e das disciplinas, forma das organizações colegiadas, entre outros.

A conquista do movimento, entretanto, se deu nos marcos da regulação político-jurídica que se estabeleceu no Brasil para as décadas seguintes. Nunca esteve dissociada de uma forma de Estado, com interesses determinados, que se foi desmontando ao largo do neoliberalismo implementado na década de 1990. As escolas e universidades privadas, por exemplo, não contam sequer com a garantia de gestão democrática. Quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) menciona a gestão democrática, refere-se sempre às instituições públicas (art. 3, VIII; art. 14, art. 56). Este não é um problema secundário, levando-se em consideração que cerca de 90% das Instituições de Ensino Superior hoje, no Brasil, são privadas.

Os problemas começam, e apenas começam, na representação desigual entre as categorias nas instâncias máximas de decisão. Mesmo na Universidade Pública, onde a gestão democrática foi "conquistada", a representação de docentes é de "no mínimo" 70% nos órgãos colegiados. Os demais 30% são reservados a uma divisão entre técnicos-administrativos, estudantes e comunidade externa.

Pensando de forma matemática, poderíamos concluir um docente (70%) teria uma representação 700% superior a um estudante (10%). Mas isso é falso: a separação é ainda maior. Tomando-se um caso hipotético de uma universidade que possua 20mil estudantes e 1.000 docentes, com um Conselho Universitário com dez pessoas, a lei estabelecerá que 20mil estudantes fossem representados por uma pessoa (0,005% da comunidade estudantil) e mil professores fossem representados por sete pessoas (0,7% da comunidade docente). Um professor, nesse caso, teria uma representação 14.000% superior à estudantil.

Mas, repetimos, este é apenas o começo dos problemas, apenas matemático-formal, ainda que reflita em poderes desiguais entre categorias que, também historicamente, forjam interesses distintos. O maior problema não está nessa representação, mas na própria ideia de que a autonomia universitária se dará por meio da "gestão", como se "decisões acertadas", escolhidas por meio de um "voto mais consciente", pudessem levar a universidades a modificações substanciais.

É necessário que se perceba que a autonomia formal está subordinada à autonomia material. A universidade pública não depende apenas das "melhores decisões", mas das melhores decisões possíveis ainda no interior de políticas determinadas pelo governo federal. A universidade privada, ainda mais, é subordinada à lógica dos seus proprietários, cujo interesse, no geral, é de busca de mais e mais lucro. Assim sendo, há uma subordinação explícita dos debates políticos aos debates "possíveis" na lógica ditada pelos governos. Exemplos como implementação de REUNI a portas fechadas e ameaças de impossibilidade se ter um Hospital Universitário senão por meio de uma empresa nacional (EBSERH) são centrais para visualizarmos esta lógica.

A autonomia universitária, portanto, é uma bandeira histórica, reivindicada por movimentos sociais e conquistada em algumas legislações, cujo impacto concreto é muito reduzido, senão apenas formal. Opera apenas nas instituições públicas, com subrepresentação dos setores esturadantis e técnico-administrativos, em uma lógica de extrema subordinação à autonomia financeira ditada pelo governo federal e pelo mercado. Isto é, 50 anos de golpe civil-militar depois, ainda são o governo e os empresários quem ditam o que acontece ou deixa de acontecer nas universidades.

No campo da educação básica, a LDB aponta, entre outros, para a criação dos conselhos escolares. **Em teoria**, eles trariam para o interior das escolas públicas a possibilidade de democratizar as estruturas do poder, permitindo aos seus agentes a formulação de políticas de interesse local, ao estabelecer um processo de diálogo entre todas as categorias da comunidade escolar.

No entanto, vivemos uma democracia sem plena participação política, restrita à democracia formal. É fácil evidenciar isto também na educação básica, onde são raras as experiências de participação efetiva de estudantes, funcionários e da comunidade externa na gestão da escola. Esta é feita por uma equipe diretiva, que pode ou não ser eleita e que, no geral, é composta somente por professores. Nessa direção a democracia não pode expandir-se como um conceito ligado a práticas participativas e igualitárias, formuladas na base concreta de quem movimenta os processos educacionais, mas sim permanecer reduzida às práticas de escolhas de governos, reitorias, equipes diretivas, etc.

Na sociedade capitalista vigente, a educação não cumpre um papel de criticidade à ordem, e sim de sua manutenção. Ainda mais, busca formar toda uma ideologia baseada em insígnias como "liberdade", "democracia", "cidadania" e "autonomia" que, no mais das vezes, reproduzem e legitimam exatamente os valores da dominação. Na concretização de um ensino verdadeiramente crítico, os responsáveis pelo processo educativo devem evitar propagar análises que levem ao individualismo e a uma participação apenas formal na política, visando ao estímulo da criticidade e da organização coletiva.

É nas escolas públicas que estão matriculados os filhos da classe trabalhadora, portanto devemos lutar por sua valorização, estruturação e qualificação. É uma defesa de classe a que aponta a necessidade de que estas escolas possuam as condições para um bom processo de ensino-aprendizagem, apto a não excluir os alunos e alunas ao mundo do trabalho nem conformá-los acriticamente a ele. Ou seja, que os estimule a participar da

vida política e cultural e desenvolver a capacidade reflexiva para atuar e transformar a realidade social.

A nossa luta, nesse sentido, é de busca por uma autonomia verdadeira, com bandeiras como os 10% do PIB para a educação pública já! Sabemos que bandeiras como essas só poderão ser implementadas se conectadas a debates mais gerais sobre concepção de educação e centralidade do trabalho, entendendo que a escola e a universidade formam para o trabalho e, no Brasil, para o trabalho precarizado. Nossa autonomia é cortada pelo mercado do trabalho, pelos governos e pelas reitorias. Ter consciência disso, e não lutar no interior da lógica dos inimigos, mas sim para superar a sua lógica sem perder nossas palavras de ordem, é nosso maior desafio.